

## TURISMO DE EXPERIÊNCIA: POTÊNCIALIDADE DO TRILHA JARDIM – ESPAÇO ARTE NO MUNICÍPIO DE PELOTAS - RIO GRANDE DO SUL

JÉSSIKA DOS SANTOS GARCIA<sup>1</sup>; ANDYARA LIMA BARBOSA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>FURG – jessikagarcia1@hotmail.com

<sup>2</sup>UFPEL – andyaraviana@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da uma pesquisa realizada em 2014 e teve como intuito analisar a potencialidade do local Trilha Jardim – Espaço Arte em relação a sua capacidade de proporcionar a fruição de experiências a partir dos escopos teóricos da economia da experiência e do turismo de experiência. A primeira menção ao termo economia da experiência encontra-se no livro *The Experience Economy* de Pine II & Gilmore do ano de 1999. Após esta publicação tanto o termo quanto o tema ganharam notoriedade mundial. Posteriormente, o turismo apropriou-se desta expressão e modificando o seu significado, cria o conceito de turismo de experiência.

Tal conceito abordada a questão da experiência que cada turista pode ter ao entrar em contato com o programa ou o local que será ou foi pensado, criado e executado para ele e, também, como esse indivíduo é capaz de captar e sentir as diferentes encenações, sensações e sentimentos do que foi programado. De acordo com Pine II & Gilmore (2011) a economia de experiência surge para sanar a necessidade de novos desafios na vida dos consumidores, pois as pessoas estão cansadas de terem experiências superficiais e de baixa customização. Para estes autores, a economia da experiência é uma evolução necessária e natural, da economia de serviços, onde não se deseja apenas agradar o cliente, mas proporcionar novas sensações, experiências físicas, mentais e corporais pensadas, exclusivamente, para o consumidor. Igualmente, para que o turismo de experiência ocorra existe a necessidade de um planejamento onde a experiência final é pensada exclusivamente para cada cliente. Para Beni (2004, p.303): “A experiência acontece quando uma empresa intencionalmente usa os serviços como um palco e os produtos como suportes para atrair os consumidores de forma que crie um acontecimento memorável.”. Assim sendo, o turismo de experiência se caracteriza por fatores únicos, como a intencionalidade das experiências, onde nada ocorre por acaso; e pela participação dos turistas na criação de sua própria experiência, ou seja, os consumidores são parte ativa na formação de suas vivências e não meros expectadores de um espetáculo.

Para tanto, o turismo de experiência suscita a necessidade de estudos sobre as localidades, de forma a verificar a melhor forma de aproveitamento tanto das potencialidades quanto das possibilidades que o local pode oferecer, pois de acordo com Beni (2004), existe uma falta de valorização do patrimônio natural e cultural dos destinos turísticos; patrimônios estes que, possivelmente, atrairiam o olhar do turista avido por novas vivências e esse novo modo turístico procura sanar essa lacuna, criando instrumentos que valorizem estes patrimônios e os diferenciais únicos de cada localidade.

### 2. METODOLOGIA

A revisão bibliográfica foi utilizada na constituição da base teórica metodológica da pesquisa empírica, classificada como qualitativa. Como técnica

de pesquisa utilizou-se a observação direta, cujo registro de informações foi realizado através de quadros teóricos elaborados a partir dos pressupostos que definem o turismo de experiência e cujas análises se deram de forma descritiva. Foram utilizados seis quadros, onde constam as seguintes categorias e subcategorias de análise: no quadro um temos a categoria ‘estratégias experienciais’ e suas cinco subcategorias que são a ‘experiência da percepção’ que possuí os quesitos tato, olfato, visão, paladar e audição; a ‘experiência da sensação’ com os quesitos memórias e maximização dos sentimentos positivos, a ‘experiência do pensamento’ com os quesitos aprendizado pela surpresa ou provação, a ‘experiência da ação’ que possuí os quesitos provação física, superação de obstáculos e aventura; e a ‘experiência do relacionamento’ que possuí o quesito contato com a comunidade local (SCHMITT, 2000 apud GAETA, 2010).

O segundo quadro traz a categoria dos ‘reinos experienciais’ com quatro subcategorias que são os ‘reinos’ do ‘entretenimento’ que possuem os quesitos modo de diversão, ocupar a atenção, momentos de lazer; da ‘educação’ seus quesitos são experiências educacionais e memórias vinculadas ao aprendizado; o da ‘evasão’ apresenta quesitos onde os participantes são capazes de mudar o curso das experiências criando suas próprias experiências; e da ‘estética’ que tem como quesito apreciação do momento ou do lugar (PINE II & GILMORE 2011).

O terceiro quadro apresenta a teoria de Shober (1975 apud DJUKITCH, 1982) com a categoria dos ‘domínios experienciais’ que apresenta como subcategorias as ‘experiências da exploração’ que possuí quesito de vivência de algo novo, ‘experiências bióticas’ que tem como quesito a redescoberta do corpo, ‘experiências sociais’ que tem como principais quesitos viver em sociedade e estabelecer novos contatos, e ‘experiências otimizantes’ que possuí o quesito principal de superação pessoal. No quadro quatro temos a categoria ‘dimensões das impressões’ com as subcategorias relacionadas à ‘tempo’ podendo ser histórico, futurístico e contemporâneo, ‘espaço’ cidade/rural, oeste/este, norte/sul, casa/trabalho, interno/externo, entre outros, ‘autenticidade’ pode ser encenada com questões originais ou imitações, ‘sofisticação’ podendo ser luxuoso ou simples, ‘tecnologia’ apresentando as possibilidades de ser natural ou artificial e ‘escala’ apresentando pequeno, médio ou grande porte (PINE II & GILMORE, 2011).

No quinto quadro temos a categoria das ‘dimensões’ que apresenta duas subcategorias a da ‘participação’ a ‘participação ativa’ com quesito de que o participante afeta ou influência a experiência e a ‘participação passiva’ onde o participante não influencia nem participa da experiência e a subcategoria do ‘tipo de relação’ que pode ser de ‘absorção’ com quesitos de observar e absorver informações e de ‘imersão’ onde os quesitos são que a participação física ou virtual, produz a experiência (PINE II & GILMORE, 2011).

No último quadro, o sexto apresenta-se, novamente, a categoria ‘dimensões’ que, de acordo Shober (1975 apud DJUKITCH, 1982), possui as subcategorias de ‘recreação ativa’ que tem como quesitos atividades motoras, atividades intelectuais, atividades artísticas ou criadoras e atividades de risco e ‘recreação passiva’ que tem como quesitos as atividades sensoriais e as atividades transcedentais.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Trilha Jardim - Espaço Arte é uma propriedade localizada na Colônia Santa Maria, 7º Distrito de Pelotas. Suas atividades, atualmente relacionadas ao

lazer, se iniciaram em 1996 com uma visão diferente, pois, nesta época, não havia a ideia de ser um local de visitação e de reunião de grupos, mas sim um local para moradia. Possui 53 hectares de área verde com algumas intervenções idealizadas por seus proprietários, que apostam na proposta de construir o espaço juntamente com os seus visitantes. O local possui este nome devido aos Jardins construídos em meio à mata, aproveitando o que a área oferece sem impactar a natureza.

No estudo de suas potencialidades e possibilidades para o turismo de experiência, o local exibiu grande potencial, apresentando diferentes atividades pensadas para diferentes grupos de turistas. No quesito das ‘estratégias experienciais’ apresentou potenciais para todas as subcategorias; como exemplo, citamos a questão das experiências relacionadas as ‘sensações’, onde se mostrou um local com possibilidade para a criação de memórias memoráveis e retomada de lembranças positivas relacionadas a infância e a natureza, entre outras. Na categoria ‘reinos experienciais’ apresentou possíveis potencialidades para todas as subcategorias, pois oferece uma gama diversa de reinos de experiências, com destaque para o ‘reino da educação’, já que disponibiliza ao visitante possibilidade realizar aulas de *yoga* e *reike*, além de outras ofertas relacionadas a espiritualização. Também mostrou potencialidades para todas as subcategorias dos ‘domínios experienciais’, como por exemplo as ‘experiências de exploração’, tanto ‘física’ pelas trilhas e aulas de *yoga*, como ‘intelectual’ pelas aulas e reuniões de grupos. Nas categoria ‘dimensões das impressões’ apresentou o quesito relativo ao ‘tempo’ em condições da contemporaneidade; no quesito ‘espaço’ classifica-se como um espaço relativo a meio natural; na subcategoria ‘autenticidade’ mostrar-se como autêntico não apresentando representações de qualquer outro local; utiliza-se de ‘tecnologias’ naturais com construções rústicas, ambientalmente corretas e diretamente relacionadas ao meio natural; desenvolvendo atividades de médio porte, com grupos de, no máximo, sessenta pessoas. Na categoria das ‘dimensões’ de Pine II & Gilmore (2011), na propriedade são desenvolvidas atividades de lazer onde o turista pode apenas observar (lazer passivo de Shober) ou se inserir nelas ativamente (lazer ativo de Shober). Quanto ao ‘tipo de relação’ oferece experiências tanto de ‘absorção’ quanto de imersão’, quando os participantes tanto absorvem quanto criam informações, como exemplo temos a realização de cursos em grupos empresariais sobre liderança, cursos de *reike* e *yoga*, trilhas guiadas onde o turista escolhe para que local deseja ir ou que jardim deseja visitar, entre outros.

#### **4. CONCLUSÕES**

A partir do exposto na seção anterior, podemos afirmar que a propriedade Trilha Jardim apresenta grande potencial para o turismo de experiência, sendo capaz de oferecer vivências significativas para seus visitantes. Esta oferta, entretanto, não apresenta intencionalidade relativa ao ‘proporcionar experiências’; embora, raramente, uma programação ocorra ao acaso, pois as atividades, na maior parte das vezes, são programadas de acordo com o desejo expresso dos visitantes. Assim sendo, podemos dizer que a propriedade ‘oferece sem saber que oferece’, pois desconhece os preceitos do turismo de experiência. Podemos afirmar igualmente, que a participação dos turistas na criação de sua própria experiência também é contemplada em algumas das atividades desenvolvidas, ou seja, os consumidores são parte ativa na formação de suas vivências e não meros expectadores de um espetáculo, sendo, portanto, sujeitos de suas viagens.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, Mario C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Revista Turismo – Visão e Ação**, vol.6, n.3, p. 295-305 set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rta/article/view/1063/872>> Acesso em: 18 mai. 2014.

DJUKITCH, Alexandre. Animação turística. Recife: **EMPETUR**, 1982.

GAETA, Cecília. Turismo de experiência e novas demandas de formação profissional. In. **Turismo de Experiência**. NETTO, Alexandre Panosso & GAETA, Cecília (Orgs.). São Paulo: Ed. Senac SP, 2010. p.133-149.

PINE II, B. Joseph; GILMORE, James H. **Welcome to the Experience Economy**. Boston: Harvard Business School Publishing, 2011.